



Antonio Vieira.

CLAVIS PROPHETARUM

Tradução feita pelo estudante baiano,
Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira,
dedicada a D. Marcos de Noronha e Brito,
Conde dos Arcos e Governador do Brasil,
do *Resumo* que dela escreveu o Padre Carlos António Casnedi, S. J.,
a pedido do Cardeal da Cunha, Inquisidor Geral dos Reinos de Portugal
[BN: ms. 1741]

Da imperfeição física da obra

Não falo da imperfeição moral da obra, porque demonstrarei depois que nenhuma pode haver; falo, sim, da sua imperfeição física, como a tenho na minha mão, porque se não sabe se ela é fisicamente imperfeita, como a têm os outros. Da mesma sorte ignora-se se o Autor a deixou imperfeita; assim mo certificam algumas pessoas que viveram nos últimos meses antes da sua morte e nos primeiros depois.

Falarei portanto da sua imperfeição física como está na minha mão e como me foi confiada pelo Eminentíssimo Cardeal da Cunha, da Santa Igreja Romana, Inquisidor Geral de todos os Reinos sujeitos ao Rei de Portugal. Quanto a mim, depois de a ter lido terceira vez, acho que é sumamente desordenada e muito confusa, mutilada e imperfeita.

Ora ainda que se possam facilmente pôr em ordem os primeiros cadernos, porque não só os capítulos como os parágrafos estão distintamente numerados, contudo não se pode fazer o mesmo aos outros cadernos pertencentes ao 2.º e 3.º livros.

Da primeira imperfeição moral ou teológica da obra tirada do pecado filosófico

Duas imperfeições teológicas ouço que se imputam a este grande varão: uma sobre o pecado filosófico e outra a respeito dos sacrifícios da Lei antiga, que se hão-de restabelecer antes do fim do Mundo. Uma e outra explicarei em poucas palavras, a primeira neste parágrafo e a segunda explicarei nos seguintes.

No tratado da pregação universal do Evangelho, no segundo caderno do Autor, pág. 2, leio na margem as seguintes palavras:

«Estas opiniões acerca do pecado filosófico já em outro exemplar foram riscadas por causa do Decreto de Alexandre VIII, que as condenou muito depois que elas foram escritas pelo Autor.»

Com permissão, porém, do que notou a dita margem, digo que este tal imprudentemente se alucina, querendo inferir que a opinião do Padre Vieira, na qual defende o pecado puramente filosófico entre os bárbaros americanos, vulgarmente chamados Tapuias, dos quais a maior parte passam todo o decurso da sua vida em uma invencível ignorância de Deus, querendo inferir, digo, que esta opinião do Autor tem semelhança com a que foi condenada por Alexandre VIII, no, ano de 1690.

Eis aqui, pois, a opinião condenada: o pecado filosófico ou moral é um acto que desconvém à natureza racional; o teológico, porém, e o mortal é a transgressão livre da divina Lei O filosófico, ainda que grave, naquele que tem ignorância de Deus, ou não cogita actualmente do mesmo Deus, é pecado grave, na verdade, mas não é ofensa feita a Deus, nem pecado mortal que faça apartar a sua amizade, nem digno de pena eterna. Esta, portanto, foi a opinião condenada.

Se bem se examinar, ver-se-á que Alexandre VIII condena a opinião que defende não ser ofensa feita a Deus, nem remover a sua amizade, nem digno de pena eterna o pecado, ainda que grave, cometido contra a razão por aquele que não tem

conhecimento de Deus (não diz conhecimento invencível) ou que nada cogita actualmente do mesmo Deus.

E pelo contrário, defende o Padre Vieira que o pecado, ainda que grave, cometido contra a razão, por aquele que tem ignorância invencível de Deus, não é ofensa a Deus.

Ora quanto dista a asserção daquele que diz que o pecado feito por ignorância invencível de Deus, não é pecado grave contra Deus, nem desfaz a sua amizade, nem é digno de pena eterna, da do que afirma que não é pecado grave contra Deus, nem tira a sua amizade, nem é digno de pena eterna o delito feito por ignorância (não invencível) de Deus; quanto dista, digo, a asserção de um da do outro, tanto dista a proposição do Padre António Vieira da condenada por Alexandre VIII.

Vejamos agora a diferença destas duas opiniões, para do mesmo modo podermos inferir a discordância que tem entre si a opinião do Padre Vieira da que foi condenada.

1.º – É pecado grave contra Deus e ofensa do mesmo Deus e faz apartar a sua amizade e é digno de pena eterna, quando qualquer delito é cometido por aquele que, não cogitando actualmente de Deus contudo implícita e virtualmente o reconhece, pela mesma razão natural, que proíbe qualquer maldade.

2.º – Não é ofensa feita a Deus o pecado cometido por aquele que nunca teve conhecimento de Deus, antes do mesmo Deus sempre teve uma ignorância invencível.

A mesma repugnância que há entre estas proposições há também entre a opinião do Padre António Vieira e a que foi condenada. Logo, sem motivo no exemplar que foi para Roma se riscou a proposição do Padre António Vieira, como coincidente com a condenada, quando dela dista sumamente. Confirmando portanto, a opinião antecedente com esta outra que tem entre si uma paridade irrefragável. E digo que imerecidamente se chamaria herética esta proposição: – Não peca contra a lei quem, ignorando-a invencivelmente, a quebranta. Não peca contra a lei quem, ignorando-a, a viola. Logo, sem razão nenhuma se chama condenada esta proposição do Autor: – Não peca contra Deus quem do mesmo Deus tem uma ignorância invencível – porque foi condenada esta outra: Não peca contra Deus quem o ignora. Pois pode muito bem ser que tenha de Deus uma ignorância vencível, que o não livra certamente do pecado.

Acresce ainda mais que, sendo assim, todo o II livro do Autor, que se funda na asserção do pecado filosófico cometido por aquele que tem ignorância invencível de Deus, deveria ser anulado. Logo que não foi, segue-se portanto que inconsequentemente se reprova a proposição e não todo o livro, ou inconsequentemente se admite o livro segundo, e não a proposição.

Ninguém poderá portanto duvidar da discordância que tem a proposição do Autor com a que foi condenada, mas sim tão somente escrupulizar se é verdadeira a proposição em que ele quer admitir entre muitos dos Americanos, por todo o decurso das suas vidas, uma invencível ignorância de Deus.

Que é verdadeira, prova ele consolidíssimas razões, e tão somente o poderá negar aquele, que dos Americanos quiser julgar da mesma sorte que julga dos Europeus, entre os quais de algum modo se dá a conhecer o verdadeiro Deus no mesmo ídolo que invocam, veneram, a quem sacrificam e em cuja presença suplicam

vénia dos seus delitos. Quando, contudo, quisermos falar dos Tapuias americanos como verdadeira e realmente são, devemos afastar deles toda a espécie de deus e de Ídolos que os teólogos reconhecem em todos os homens geralmente, e substituir em seu lugar outras espécies muito diversas, como próprias e acomodadas à incomparável estupidez de que são possuídos. Porque muitos há que não só não conhecem o verdadeiro Deus, porém também não se ocupam com religião alguma, nem ainda falsa, como seja cultivando ídolos, invocando-os, sacrificando-lhes e pedindo-lhes vénia. Além do que, depois de um grande trabalho que tiveram os missionários em os catequizar, apenas escassamente entendem os mistérios da Fé santa. São tão estúpidos, que apenas muitos só podem contar até 3 e tudo o mais que excede a este número chamam eles muitos. E assim vivem sem saber nem poder dizer quantos anos têm, nem quantos dedos contêm suas mãos, nem quantos os seus pés, e para poderem comunicar aos nossos confessores o número dos seus pecados, trazem um cordel, no qual dando tantos nós quantos são os pecados, o entregam deste modo ao confessor.

Além disto, observa o Autor em muitos destes Tapuias, entre os quais por muito tempo viveu, não só uma ignorância invencível de Deus, por todo o decurso das suas vidas, mas também ignorância de todo o Direito Natural. Pois a educação que dão os pais aos filhos, ainda na mais tenra idade, é induzi-los para os furtos, homicídios e tomarem vingança, e se nutrirem de carne humana, e a se exercitarem em tudo quanto é obscenidade.

E tão longe estão de serem punidos por estas suas maldades, que antes o são, se as deixam de cometer. Se, porém, algum, pelo mesmo lume da razão, vem no conhecimento que estes crimes são dissonantes ao Direito Natural e contudo os puser em execução. então assevera o Autor que neste caso o delito deste bárbaro cometido contra a sua razão natural, tendo ele ignorância invencível de Deus, é pecado puramente filosófico, e não deve ser punido com pena eterna, nem é ofensa de Deus, não tendo ele conhecimento algum do mesmo Deus verdadeiro, nem ; ídolos, pois que está bem patente que, não poderá também ter religião alguma; e o mesmo acontecerá a qualquer europeu ou idólatra, que sem dúvida venera a alguma divindade.

Já tenho assaz provado quanto julgo ser bastante, para justificar o Autor e escusá-lo da opinião condenada que se lhe imputa, nem me devo mais demorar. E com isto finalmente concludo que a opinião condenada fala do pecado filosófico cometido por aquele que tem conhecimento de Deus e da sua Graça, o que impede que seja puramente filosófico, e é pois teológico, porque o mesmo Deus verdadeiro sempre de algum modo brilha no mesmo lume da razão daqueles que algum tanto o reconhecem, ainda que implicitamente, de donde se segue que nestes repugna o pecado puramente filosófico, e não nos Tapuias, que: nada absolutamente cultivam, e por este mesmo título se vê que a proposição condenada não vem ao caso. Porém, a esse respeito, falarei mais a baixo.

Da segunda imperfeição teológica da obra, que trata dos sacrifícios da Lei antiga, que se hão-de restabelecer

O parecer do Autor a este respeito é que na consumação da Igreja, ou no seu 3.º estado, quando todos abraçarem a Lei de Cristo, Senhor nosso, se hão-de restabelecer os sacrifícios da Lei antiga. É, pois, este parecer tão mal entendido por alguns, que por isto julgam indigna de ser publicada aquela admirável obra do Autor, que trata do Reino de Cristo, nosso Senhor, consumado na Terra.

Eu, porém, lendo-a uma e outra vez e certamente antes com o ânimo de reprovar do que aprovar, no tratado *De Templo Ezechielis*, no qual copiosamente disputa a respeito dos sacrifícios que se hão-de restabelecer, nada absolutamente acho digno de censura, mas antes a moderação e limitação com que fala o Autor. A este respeito dá a entender que estas mesmas coisas de que fala são dignas de admiração e louvor, como constará mais plenamente na minha Sinopse pertencente a este trabalho.

O que para provar com suma eficácia supõe o Autor, com autoridade de todos os teólogos, primeiramente, que os sacrifícios, sacramentos da Lei antiga, se revogaram; em segundo lugar, que estes se instituíram por multiplicados fins, os quais são o culto de Deus, e para que os Hebreus se afastassem da idolatria; para prefigurarem os Sacramentos da Lei nova o sacrifício cruento da Redenção e o incruento da Eucaristia, e para que por meio desses sacrifícios de ovelhas e novilhos aprendessem os Hebreus a consagrar a Deus as paixões das suas almas, em terceiro lugar, supõe que estes fins são de tal sorte separáveis, que um possa existir sem outro.

Estabelecidos estes fins, assevera o Autor que, por dispensação de Deus ou da Igreja, se hão-de restabelecer na consumação da mesma Igreja os sacrifícios da Lei antiga, não como prefigurativos dos sacramentos e sacrifícios da nova Lei, pois que estes já estão presentes, porém retido o outro fim, ou como demonstrativos do sacrifício e Sacramentos da mesma nova Lei, ou como moralmente significativos da imolação interior da nossa alma, e tudo isto para que os Hebreus (dos quais dez tribos estão dispersas por todo o Mundo, e ainda se ignora aonde estejam) sendo tenacíssimos aos seus ritos, mais facilmente se reduzam à Fé de Cristo na consumação da sua Igreja.

E prova este restabelecimento de tantos modos já com textos da Sagrada Escritura, já com excepcionais autoridades dos Santos Padres, e com tão poderosas razões, que apenas se pode negar, e de nenhuma sorte censurar, excepto se houver de censurar também a dispensação da Igreja nascente.

Certamente consta que a Lei mosaica que proibia a comida sanguinolenta e sufocada, se conservou na maior parte das províncias da Cristandade por dispensa da Igreja, nos primeiros três séculos do seu estado. Consta mais que a lei da circuncisão foi revogada por S. Pedro e outros Apóstolos, e que S. Paulo, apesar de seguir a mesma doutrina e ter impugnado em Antioquia a sua necessidade a favor dos Gentios, contudo, por causas urgentes, circuncidara a S. Timóteo, nascido de pai, gentio. E além disto, consta também que na Igreja grega, e entre os Abissínios, ainda se conserva no seu vigor a permissão de receber-se a circuncisão depois do baptismo, não como necessária para a salvação, porém sim como carácter de antiquíssima nobreza, derivada de Abraão e Salomão.

Depois, o uso destas cerimónias legais tirado pelos Apóstolos, como desnecessário, assim mesmo conservou o seu vigor em muitas províncias convertidas à Fé, e agora mesmo está em uso na Igreja grega; por que razão na perfeitíssima consumação da Igreja, quando não só todas as gentes, porém também todos os Hebreus dispersos por toda a Terra houverem de abraçar a Fé de Cristo, Senhor nosso, não poderá a Igreja, ao menos no Templo hierosolomitano que se há-de reedificar, permitir o uso destes sacrifícios? não como necessários ou prefigurativos, porém como moralmente significativos da imolação interior da nossa alma, significada por meio das

vítimas exteriormente imoladas, ou como demonstrativos dos Sacramentos da nova Lei que prefiguravam, e certamente só por este altíssimo fim, para que os Hebreus mais facilmente se convertam à Fé de Cristo, e deles e de todas as gentes, tanto as convertidas, como as que se houverem de converter, se venha a fazer um só rebanho e um só pastor.

Na verdade, é tanta a moderação com que o Autor fala neste uso dos legais, que, podendo os estender a várias províncias e reinos, fundado na claríssima e excelentíssima exposição dos Santos Padres e nas muitas razões tiradas da dispensa da Igreja, contudo ele põe limites no seu dizer e só afirma que este uso se há-de restabelecer unicamente no Templo hierosolomitano.

Ora, quem fala desta sorte, sem ser por defeito dos divinos Textos, porque alega muitos que clarissimamente mostram que este uso se há-de restabelecer; quem assim restringe o seu dizer, sem para isto ser obrigado pela contrariedade dos Santos Padres, porque, não tendo nenhum contra si, refere em seu favor muitos e claríssimos textos tirados deles; quem desta sorte modera a sua proposição, sem ser por falta de razões, porque alega inumeráveis, fundado nas histórias eclesiásticas, que referem quanto os Sumos Pontífices têm dispensado com muitas nações acerca dos ritos dos Hebreus; quem, digo, assim patenteia o seu parecer, a sua sentença, ignoro eu que seja digno de censura ou que possa haver coisa alguma repreensível que se possa objectar contra semelhante sentença.

É verdade que pode parecer nova a alguém esta sentença, e portanto ser digna de censura; porém prova-se, pelo contrário, primeiramente que não pode parecer novo um parecer fundado nas Sagradas Escrituras e nos Santos Padres, senão para aqueles a quem do mesmo modo estas mesmas coisas parecem novas; em segundo lugar, se toda a novidade se deve desterrar, devem também ser desterrados todos os antiquíssimos pareceres, exceptuando-se os primeiros a quem eles se opuseram; em terceiro lugar, ouçamos a S. Antonino, 3 p. História, n.º 33, § 2, que diz de S. Tomás o seguinte: «No ler era inventor de novos artigos, e de tal sorte produzia nas determinações as suas razões, que ninguém, ouvindo-o, poderia duvidar de o ter Deus ilustrado com raios de nova luz.»

Eis aqui pois quantas novidades traz S. Antonino de S. Tomás: era inventor, de novos artigos e de novas conclusões; produzia novas razões, parecia ilustrado com raios de nova luz; tinha novo modo de definir. E não podemos duvidar que muitos determinando-se a cavar nos tesouros da Sagrada Escritura e dos Santos Padres, passam em silêncio coisas que outros com mais profundidade e meditando-as deram à luz.

LIVRO I

Este livro, que está perfeitíssimo, consta de II cadernos divididos em 12 capítulos e trata do poder de Cristo, Senhor nosso, como Rei.

SINOPSE

No I capítulo prova com muitas razões a existência do Reino de Cristo, Senhor nosso: 1.º) porque já desde o princípio do Mundo foi figurado; 2.º) porque foi prenunciado nos Salmos; 3.º) porque foi vaticinado pelos Profetas; 4.º) porque foi declarado no Novo Testamento.

No II, prova que Cristo, Senhor nosso, como homem não só tem um reino no Céu, coimo também na Terra. Dá e explica aquelas palavras do Senhor: “Que o seu reino não é deste Mundo”, – dizendo que Cristo, Senhor nosso, disse que não era Rei deste Mundo, porque não viera com aquela ostentação e majestade dos reis do Mundo.

No III, afirma que, suposto que o Reino de Cristo, Senhor nosso, seja no tempo posterior às quatro monarquias, pois que começou no dia em que nasceu; portanto pela ordem sucessiva do tempo seja o 5.º Império do Mundo, contudo, na ordem da dignidade, é superior a todos os reis e reinos da Terra.

No IV, defende que o Reino de Cristo, Senhor nosso, é não só espiritual, mas também temporal; e o pensava assim pelas Escrituras e Santos Padres, como, também, pela razão da união apostólica; e porque seria grande absurdo o julgar que Cristo, Senhor nosso, não teve tanto domínio quanto teve Adão. E passando depois a desfazer o argumento tirado do Papa, como vigário de Jesus Cristo, ter direito de propriedade em todos os reinos do Mundo, se acaso Cristo, Senhor nosso, tivesse semelhante reino temporal, diz que, assim como Cristo, Senhor nosso, não deu ao seu Vigário todo o poder espiritual que ele tinha, pois que o Pontífice não pode instituir sacramentos, nem santificar almas sem sacramentos, assim muito menos lhe devia confiar todo o poder temporal que ele tinha, pois que o Pontífice não pode instituir sacramentos, nem santificar almas sem sacramentos, assim muito menos lhe devia confiar todo o poder temporal que ele tinha, servindo este muito de embaraço ao poder espiritual. Finalmente, conclui o mesmo capítulo IV, dizendo que o Reino de Cristo, Senhor nosso, não é só espiritual, mas também temporal.

No V, examina os títulos pelos quais Cristo, Senhor nosso, tomou para si o Reino espiritual e temporal. Diz que pela razão da união apostólica, pelo título de Redentor e dos seus merecimentos, pelo título de aquisição ou herança, como herdeiro de Adão inocente e não pecador, pelo título de eleição, quando antes da sua vinda foi eleito pelos povos e desejado por Rei, o que tudo prova com admirável engenho.

No VI, examina quando começará o Reino de Cristo, Senhor nosso; e, expondo os pareceres dos que dizem ter começado no dia em que foi concebido ou no dia em que foi crucificado, decide admiravelmente que o Reino de Cristo, Senhor nosso, pelo título da união apostólica, de direito hereditário e de doação e por ser filho de Adão inocente e de eleição por todas as gentes, teve princípio no dia em que foi concebido; com os

títulos, porém, de redenção de merecimentos, de aquisição e de vitória, do dia em que foi crucificado.

No VII, examina se Cristo, Senhor nosso, foi legítimo e próprio Rei dos Judeus. Parece, pois, que não, pela razão de que a Virgem Santíssima não gozou de direito algum de rainha, e portanto Cristo, Senhor nosso, em quanto seu Filho, não teve direito algum para ser Rei dos Judeus. Ao que responde com suma agudeza que, tendo Deus prometido a David e a sua Família não só o reino de Israel, como que o Messias nasceria da sua família, segue-se que, descendendo a Virgem Santíssima da família de David, e nascendo dela o mesmo Messias, o reino de Israel pertencia a Cristo, Senhor nosso, tanto pela natural descendência de David, como pela eleição divina, que prometera ao Messias o reino de Israel.

No VIII, discute excelentemente as qualidades do Reino temporal e espiritual de Cristo, Senhor nosso. Decide admiravelmente que as qualidades do Reino espiritual consistem na suprema dignidade sacerdotal, porquanto não só se ofereceu a si mesmo, por si mesmo, como por nós, fundando um Reino espiritual, e instituindo leis e meios próprios ao culto divino e à salvação da alma.

Acrescenta de mais que este poder espiritual de Cristo, Senhor nosso, chama-se real, porque, como todo o poder temporal que excede a todos os mais se chama real, do mesmo modo como o poder espiritual de Cristo, Senhor nosso, excede, sem comparação, a todos os outros poderes, por isso se chama real, porque não só é poder de dar, sacrificar e santificar algum povo, o que tudo compete a qualquer sacerdote, mas também é poder de instituir república espiritual, sacramentos, leis, prêmio para remunerar o bem que se obra, e pena para castigar os delitos ou maldades, pelos quais se poderá corromper a mesma república espiritual. Diz ao depois que as qualidades do Reino temporal consistem em ter Cristo, Senhor nosso, um directo e absoluto domínio sobre todos os reinos da Terra, determinando-os e livrando-os como e quando quer, e que o domínio de Cristo, Senhor nosso, sendo somente inferior ao do Padre Eterno, excede sempre a todos os mais.

No IX, examina se Cristo, Senhor nosso, exerceu no Mundo um e outro poder espiritual e temporal. É de fé que Ele exerceu o espiritual, porque, diz, santificou ao Baptista, chamou aos magos e aos pastores, repeliu os demónios e ofereceu-se em sacrifício a seu eterno Pai. Do temporal diz que, ainda que não o exerceu com aquele fasto com que o costumam exercer os reis do Mundo, porque quis ensinar a humildade e misturá-la com o poder régio, contudo exerceu-o sem este fasto, usando do juramento como seu, secando a figueira, lançando do templo os mercadores, destruindo as mesas dos banqueiros, permitindo que os reis o adorassem e que os povos o aclamassem Rei. Acrescenta que muitas vezes Cristo, Senhor nosso, exercera um e outro poder, espiritual e temporal, como se vê do caso da adúltera, a qual absolvendo, mostra o poder espiritual e, perdoando-lhe a pena de ser apedrejada, estabelecida por Moisés, mostra o poder temporal.

No X, pergunta se Cristo, Senhor nosso, exerce no Céu o poder espiritual. Diz que sim, porque exerce o ofício sacerdotal, oferecendo-se a si mesmo a seu Pai por mãos de qualquer sacerdote, porque, pela boca do sacerdote, diz que oferece o seu corpo. Torna a rogar por nós e assiste a todos os pastores das almas. Demonstra, além disso, excelentemente, que Cristo, Senhor nosso, exerce no Céu o seu poder espiritual, não só sobre todos os infiéis, iluminando-os, ajudando-os, substituindo-lhes ministros

espirituais, mas também sobre todos os homens em geral, tanto fiéis como infiéis, reina e exerce o seu poder espiritual. Acrescenta, além disto, que Ele o exerce também sobre todos os condenados como juiz espiritual. Conclui, dizendo que Cristo, Senhor nosso, exerce o seu poder espiritual sobre os condenados como membros podres, sobre os infiéis como membros mortificados, e sobre os justos como membros reunidos.

Na XI, pergunta se Cristo, Senhor nosso, exerce no Céu o poder de Rei temporal. Diz que sim, porque Cristo governa o Mundo, tanto pelo que toca às coisas espirituais, como temporais, do mesmo modo que o Verbo Divino, com a diferença somente de que o poder de governar do Verbo Divino é inato a si mesmo, o de Cristo, porém, como homem, é um poder participativo.

Por isto diz a Escritura que o Pai deu todo o juízo ao Filho, tanto de julgar como de governar o Mundo, e portanto Cristo, Senhor nosso, muda reis e repúblicas, e por meio dos anjos e dos homens exerce no Céu o poder do Reino temporal.

No XII, pergunta curiosamente se Cristo, Senhor nosso, há-de governar visivelmente por espaço de 1.000 anos e que há-de haver duas ressurreições; que na primeira ressuscitarão todos os justos, que cheios de bens temporais reinarão com Cristo, Senhor nosso. Mas O P.e Vieira o refuta optimamente, porque seria coisa indecente que Cristo, Senhor nosso, deixasse o Céu para reinar na Terra com abundância de bens temporais, e que nem é necessário que para fazer guerra ao Anticristo e destruí-lo, que Ele desça à Terra a reinar e a pelejar com ele.

Eis o que se contém no I Livro, que é admirável, erudito e razoável.

LIVRO II

Da perfeita consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso, na Terra

Este II Livro é sumamente imperfeito, porquanto não tem senão o primeiro capítulo, e dos sete cadernos falta o segundo. Se os mais tratados que não estão ordenados por capítulos pertencem ao II ou III Livros, só pelo contexto da matéria se poderá reconhecer.

SINOPSE

Nesta Sinopse julguei não dever proceder pelos capítulos, porque, excepto o I, faltam todos os mais; porque, se bem todos os tratados tenham seu título, contudo faltam todos os capítulos. Mas devemos-nos regular pelos cadernos do mesmo, suposto falta o II.

Diz, portanto, no I.º caderno que, tendo explicado no I Livro o poder e domínio de Cristo, Senhor nosso, como Rei, é justo que neste II Livro exponha as pessoas acerca das quais Cristo, Senhor nosso, exerce na Terra este poder. Ora, tendo só a Igreja Militante o Império e o Reino espiritual de Cristo, Senhor nosso, na Terra, porque a Igreja Triunfante não é o seu Reino na Terra, mas sim no Céu, e consistindo a sua perfeitíssima consumação não na Fé, porém na união de Deus, não na Esperança, porque nesta nada resta que esperar, porém no amor beatífico, segue-se que ele fala tão somente da Igreja Militante, que é o Reino de Cristo, Senhor nosso, na Terra.

Suposto, portanto, que o Reino espiritual de Cristo, Senhor nosso, seja na Terra não só a comunidade dos Fiéis, que se chama Igreja Militante perfeita, formada, actual, enquanto fundada na fé, esperança e caridade, como também a comunidade de todos os homens que estão fora da Igreja que se chama Igreja Militante, informe, potencial e imperfeita; pergunta em que consiste a consumação e perfeição do Reino de Cristo, Senhor nosso, na Terra, ou da Igreja Militante ou imperfeita, prometida por Deus nas Sagradas Páginas, para que com toda a certeza se faça um só rebanho e um só pastor?

É incrível quanto este admirável Autor excede a si mesmo, para assim dizer, a fim de provar a sua conclusão: — que o Reino de Cristo, Senhor nosso, então será consumado e perfeito, quando todos os homens, ou judeus ou infiéis, abraçarem a Fé de Cristo, Senhor nosso, e segundo a Lei antiga e nova se formar um só rebanho e um só pastor

Do segundo caderno nada me corre dizer, porque falta. Contudo, pelo que pude coligir do 3.º, 4.º, 5.º, 6.º 7.º, parece-me que a intenção do Autor é provar, fundado em muitos Doutores, Santos Padres, figuras e textos, que ainda que haja hoje na Terra muitos infiéis que são como uma parte informe da Igreja Militante, contudo todos absolutamente se hão-de converter e passar para a parte da Igreja Militante, formada e aperfeiçoada pela Fé, pela Lei de Cristo, Senhor nosso, e que nesta conversão geral de todos os homens consiste a perfeita consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso, sobre a Terra ou da Igreja Militante. Não me posso demorar em referir as engenhosíssimas e muito especiais reflexões que ele forma sobre os sagrados textos,

profecias e figuras, para provar o seu intento e como para pôr à vista a veracidade da sua proposição.

Tratado da santidade do último estado da Igreja e de que todos os homens neste tempo hão-de ser justos e se hão-de salvar

SINOPSE

Este tratado consta de 3 cadernos. Primeiramente diz que ele dividirá este tratado em 3 pontos, que vêm a ser: se neste tempo haverá pecados, se todos serão justos, e se todos se salvarão.

No I caderno prova que no último estado da Igreja ou na perfeitíssima consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso, não haverá pecado algum, segundo o que diz Isaías, não se ouvirá falar na Terra de iniquidade alguma, o que não se tendo ainda completado em algum estado da Igreja, se há-de completar no terceiro estado dela. Depois, prova também pela profecia do Arcanjo Gabriel feita a Daniel que o pecado achará fim e que a maldade será riscada do Mundo. Logo, não se tendo ainda completado esta profecia, há-de-se completar no último estado da Igreja, e por isso acrescenta ainda o Arcanjo Gabriel – para se cumprir a profecia e se ungir o Santo dos Santos – sobre as quais palavras, diz o Autor, será ungido o Santo dos Santos com a terceira e última unção, a qual como representada nas três unções de David, já nós distinguimos no cap. 2.º deste livro, tratando do Reino de Cristo sobre a Terra.

Confirma o seu dito com o Salmo XCV, que é todo a respeito das conversões dos povos: Toda a Terra se comove na sua presença, porque o Senhor reinou, porque estabeleceu o orbe da Terra de sorte que se não moverá. Eis aqui, diz o Autor, que Cristo, Senhor nosso, reinará então perfeitissimamente sobre a Terra, quando o Mundo ficar livre de todo o pecado. Traz também todo o texto do Apocalipse, que ele interpreta com admirável engenho.

Depois disto, pergunta de que modo se extinguirão todos os pecados? Responde: primeiro pela conversão de todos os infiéis; segundo, pela morte antecipada de todos os pecadores que se não quiseram converter

No II caderno, pergunta se no Reino de Cristo perfeitissimamente consumado na Terra, serão todos justos? Responde que sim, porque, tirada a culpa de necessidade, há-de só reinar a graça. Expõe depois o capítulo LX de Isaías, no qual, depois destas palavras: – Já se não ouvirá falar de violência na tua terra – acrescenta imediatamente estas: – Todo o teu povo será um povo de justos – as quais palavras, se concordarmos com o texto de Isaías e outras profecias, devem aplicar-se à Igreja Militante.

O Autor continua no mesmo assunto no II caderno, em que ele pergunta se então todos se salvarão? Deixou contudo este ponto por acabar, suposto que do definido pelo Autor no I.º e 2.º ponto se siga evidentemente que todos se salvarão.

Tratado da Paz do Messias

SINOPSE

Contém este tratado três cadernos, no I dos quais, antes de decidir se as profecias a respeito do estado do Messias estão já completas, diz que, se estivermos pela experiência da guerra que tem havido por todo o século, parecem não estar ainda completas; e, depois de mostrar o erro dos Anabaptistas, em que caiu antes destes o mesmo Tertuliano, os quais negam ser lícita a guerra, o que é contra o Direito Natural, que manda cada um defender-se como pode, traz diversas interpretações. Primeira é que as profecias falam da paz que reina entre os Bem-aventurados, a qual ele não admite. A outra é que falam de paz espiritual, que também não admite. A 3ª é que falam da paz da Igreja e que neste tempo se completarão as profecias, o que destrói com muitos argumentos. A 4ª é que falam da paz que houve no Império Romano tão somente no tempo de Augusto, a qual ele refuta, tanto porque não foi de modo algum uma paz segura, como porque foi limitada só a este império; e a paz prometida não foi antes do Messias e da sua vinda, como foi a de Augusto. A 5ª é que, depois da vinda de Cristo, Senhor nosso, a paz é muito maior, porque as guerras são menores do que dantes, a qual ele também reprova, tanto porque é muito duvidoso se as guerras foram maiores antes do que depois da vinda de Jesus Cristo, como porque, se as guerras e os instrumentos bélicos de que usamos, se compararem com aqueles de que usaram os Antigos, facilmente se pode supor que são mais sanguinolentas as guerras de hoje do que as anteriores a Cristo, Senhor nosso. A 6ª é que, se os Cristãos observarem a Lei de Cristo, haverá maior paz entre eles. Refuta esta interpretação, porque não concorda com os textos que afirmam que as nações não tomarão armas contra nações, que a Terra será isenta de guerras. A 7ª é que, quando Cristo, Senhor nosso, promulgou a sua Lei, que toda é de paz, deu paz; reprova, porque se não promete lei de paz, porém sim paz perfeitíssima.

Finalmente, no II caderno, pág. 6, diz que a paz perfeitíssima prometida pelos Profetas ainda se não completou, porém, que se há-de completar no último estado da Igreja, isto é, no Reino de Cristo, Senhor nosso, consumado na Terra.

Prova pelo que diz Santo Agostinho — ainda não vimos o texto completo —: Levando as guerras até os fins do Mundo. E suposto seja verdade que a vinda de Cristo, Senhor nosso, aumentará a paz, porque entre os príncipes cristãos se guardarão com mais fidelidade os tratados de paz firmados com juramentos, do que entre os Infiéis, e ainda que muitos infiéis convertendo-se à Fé, tenham deposto o bárbaro costume de se comerem e pelejarem uns com os outros contudo ainda se não completou a paz geral de todo o Mundo, que há-de ser tão segura, que qualquer poderá descansar sem susto e temor de guerra.

Primeiramente, porque esta paz, como diz Isaías, está prometida à pregação do Evangelho; logo, que se o Evangelho ainda não está espalhado por todo o Mundo, não está também ainda completa a paz prometida. Segundo, porque não se há-de consumir o Reino de Cristo, Senhor nosso, na Terra, senão quando todo o Mundo se converter à Fé e se unir perfeitissimamente a Cristo, Senhor nosso; logo, não havendo ainda a paz prometida, há-de ser muito mais viva a mesma, com a sua luz infundirá um veemente desejo, e sem esta perfeitíssima sujeição, fé e obediência para com Cristo, Senhor nosso,

não se há-de ainda conceder a paz prometida, e só se completará quando todo o Mundo se resolver a seguir inteiramente a Cristo, Senhor nosso. Refere a este assunto muitos textos, expostos literalmente e com admirável engenho.

No III caderno, desfazendo este argumento – que parece incrível que só a Fé seja capaz de conseguir esta perfeita paz – responde mostrando ele neste II Livro que a Fé deste 3º estado da Igreja é amor à paz. Além de que diz Isaías que o Espírito Santo fará todos os seus filhos instruídos pelo Senhor, e depois conduzirá uma grande abundância de paz – e porque finalmente então haverá um só coração e uma só alma e todos viverão na graça do Senhor.

No mesmo III caderno suscita esta objecção: A paz é um dos principais sinais da vinda do Messias; logo que esta não está ainda completa, ainda não chegou também o Messias. Responde engenhosamente que os sinais da vinda do Messias, uns são antecedentes, e estes se haviam de cumprir antes da sua vinda, conforme o texto que diz que o Messias não viria até que se não tirasse o ceptro de Judá – o que na verdade aconteceu, porque então apareceu ele, quando o ceptro de Judá já tinha passado ao poder de Herodes; outros são concomitantes, como a sua santidade, pobreza, sua paixão e pregação; outros subsequentes, que se não haviam de verificar e completar senão depois da sua ascensão ao Céu, como a pregação evangélica por todo o Mundo e a paz geral. Por isso diz David que Cristo, Senhor nosso, depois que se assentasse à direita de Deus Padre, poria a seus pés todos os seus inimigos.

Continua a mostrar a paz prometida por Deus e diz que assim como na arca de Noé, que foi a figura da Igreja, os leões e os lobos formaram aliança e paz com os cordeiros e ovelhas, assim no 3º estado da Igreja ou na última consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso, sobre a Terra, os homens que forem opostos entre si em leis, ritos e costumes, gozarão de uma paz seguríssima e firmíssima.

Tratado da pregação universal do Evangelho Último estado da Igreja e consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso

Deste tratado não há capítulo algum, excepto um que não está enumerado, pelo que, para maior inteligência e clareza, disporei a Sinopse pela série dos dez cadernos.

SINOPSE

No I e II cadernos examina se o Evangelho tem sido pregado por todo o Mundo. Pela parte afirmativa traz para prova o Apóstolo, dizendo aos Romanos: A vossa Fé será levada por todo o Mundo – e o mesmo afirma aos Colossenses; e pela parte negativa, que ele segue, traz muitos argumentos e com curiosa erudição discorre excelentemente pelos 17 séculos da Igreja, citando os templos em que o Evangelho foi recebido em vários reinos do Mundo, o que prova que ele não foi publicado por todo o Mundo no tempo dos Apóstolos. Eis aqui a razão por que os intérpretes de S. Paulo explicaram o texto – de todo o Mundo – entendendo o mundo romano e outros o mundo então habitado e conhecido.

Depois disto, o Autor demora-se muito em expor o texto: Para toda a Terra saiu o som das suas vozes – e com admirável e engenhosa agudeza de espírito diz que uma coisa é sair e outra chegar. Concede que a voz dos Apóstolos tenha saído para todo o Mundo, porém, nega o ter chegado a todas as terras. Do mesmo modo que (diz) se saírem do porto de Lisboa duas naus, uma para o Brasil, outra para Goa, que é verdade terem ambas saído do porto ao mesmo tempo, mas que é falso o terem chegado ambas ao mesmo tempo, porque a que foi para o Brasil chegou primeiro.

Persuade, porém, que o Evangelho se há-de pregar por todo o Mundo por muitos textos da Sagrada Escritura, que dizem claramente que o Evangelho se há-de pregar por todo o Mundo. Logo, se em todo o Mundo se há-de pregar, a voz dos Apóstolos, apesar de ter saído para todo o Mundo, ainda não chegou a todo o Mundo.

Finalmente, na 5.a questão do II caderno expõe, com a mesma agudeza de engenho, os diversos modos da pregação evangélica. A um chama mudo, que vêm a ser as mesmas criaturas irracionais, as quais, se se considerarem, são bastantes para que os Gentios entendam a unidade de Deus; seriam além disto bastantes para também perceberem a Trindade das, Pessoas e a Encarnação do Verbo, se não estivessem cegos pelos seus pecados e pelos seus doutores, os quais como que prendem no cárcere a verdade, segundo a expressão do Apóstolo aos Romanos: Prendem a verdade de Deus na injustiça.

Outro modo de pregação evangélica são as vozes e a fama. Tudo isto trata o Autor com esquisita erudição no I e II cadernos do tratado.

No III caderno examina o Autor com grande esforço esta muito árdua questão: Se aqueles que não crêem no Evangelho, porque não o ouviram, devem ser condenados? Porque, sendo certo que tanto aqueles que ouviram o Evangelho se hão-de salvar, como os que o ouviram e não obedeceram se hão-de perder, deve-se determinar, diz ele, se aqueles que não obedeceram, porque não o ouviram, se condenarão ao Inferno para sempre.

Defende o Autor: primeiro, que em muitos bárbaros americanos se dá o pecado puramente filosófico e não o teológico, enquanto ele parece precisamente contra a razão natural, e não contra Deus, pois que padecem uma invencível ignorância de Deus. Segundo, afirma que se dá também em muitos bárbaros invencível ignorância do Direito Natural, porque muitos têm o furto como uma coisa sumamente gloriosa, e por isso se aplicam a ele desde meninos, nutrem-se da carne dos seus inimigos, e de mais, comem os seus próprios filhos e cometem outras obscenidades, sem que se lhes ensine o contrário, antes pela sua omissão são repreendidos e castigados.

Um e outro assunto prova o Autor com a autoridade dos historiadores os mais fiéis que estiveram entre os Tapuias, e que foram encarregados de os civilizar; os quais têm tão rombo entendimento, que muitos não são capazes de aprender mais que três números. Por esta razão diz o Autor: se os teólogos da Europa (que negam ser possível a ignorância de Deus e do Direito Natural totalmente invencível) praticassem com estes bárbaros, cederiam da sua opinião.

Suposto, portanto, pelo Autor, naqueles bárbaros, o pecado puramente filosófico, porque padecem invencível ignorância de Deus, examina se, porque cometem ou cometeram o pecado mortal puramente filosófico, deverão ser castigados com a pena eterna.

Nega. E, continuando largamente a mesma matéria no 3º caderno, na 1ª e 2ª página do 4º o prova desta maneira: Todo o motivo por que se impõe a pena eterna ao pecado mortal é porque ele é ofensa de um Deus infinito; dando-se, porém, muitos bárbaros que não ofendem este Deus infinito, porque ignoram invencivelmente a sua existência, segue-se que não são dignos da pena eterna, mas só sim devem ser castigados com uma pena temporal e arbitrária.

Pelo que deve haver algum lugar onde se devem punir aqueles que cometem o pecado puramente filosófico. E porque não admire a novidade da opinião, pergunta em que lugar se há-de punir aquele bárbaro que morreu sem baptismo, só com o pecado venial?

Não deve ser no Purgatório, porque este lugar é só para aqueles que morreram em graça e que hão-de gozar da presença de Deus. Não no Inferno, porque este lugar é destinado aos que morreram em actual pecado mortal teológico; não no Limbo, porque este estado é para aqueles que morrem só com o pecado original, sem pecado venial. Portanto, assim como para aqueles que morreram sem baptismo com um pecado venial, está determinado o lugar próprio em que devem ser punidos com a pena dos sentidos, assim para aqueles que morrem com o pecado mortal puramente filosófico, deve-se destinar um lugar próprio, que não seja nem o Limbo nem o Purgatório, nem o Inferno, onde devem ser punidos.

Considerando estas coisas, nunca acabo de admirar como alguém se atreva a riscar deste tratado a opinião do pecado puramente filosófico, como condenado por Alexandre VIII. Primeiramente, pergunto eu se são equivalentes estas duas proposições: o pecado filosófico, por mais grave que seja naquele que ignora invencivelmente a existência de Deus, não é ofensa de Deus nem merece uma pena eterna; o pecado filosófico, por mais grave que seja naquele que ignora Deus, não é ofensa de Deus nem digno de pena eterna? Por certo que não. Logo, sem razão alguma

foi riscada do tratado do Autor a doutrina do pecado filosófico naquele que ignora invencivelmente a existência de Deus.

Demais, se se extinguir a doutrina do pecado filosófico, dever-se-ia também extinguir quase todo este tratado da universal pregação do Evangelho, visto estar fundado no pecado filosófico. Porque é coisa muito singular neste Autor, ver a coerência que têm as coisas que diz com as que há-de dizer, de modo que as derradeiras estão fundadas sobre as primeiras e se ligam umas às outras. Nada portanto se pode tirar deste, que se não perca todo o tratado. Logo, para que nada se destrua do que ele tem feito por muitos cadernos cheios de erudição e engenho, fundado unicamente no pecado filosófico, nada se deve tirar dele.

Da mesma sorte digo que, de negar nos Cristãos e nos Idólatras o pecado filosófico, não se segue que se deva também negar nos Bárbaros americanos. E a razão é porque, nos Cristãos e nos Idólatras, não há invencível ignorância de Deus, porque adoram alguma coisa. E ainda que os Idólatras errem no seu culto, contudo na mesma luz natural da razão que lhes proíbe alguma coisa, sempre resplandece, ao menos implicitamente, um Deus a quem adoram, no Bárbaro americano, porém, que nada absolutamente adora, não existe na sua mesma razão Deus algum pois que: padece uma ignorância invencível da existência de um Deus, qualquer que seja; logo, o pecado dos Cristãos e dos Idólatras contra a razão natural não é puramente filosófico, mas é também teológico; e, pelo contrário, o pecado dos Bárbaros, que não adoram divindade alguma, cometido contra a razão natural, é puramente filosófico; dos quais e nos quais o Autor defende o pecado puramente filosófico.

No IV caderno pergunta o Autor se Deus ministra a todos os bárbaros adultos os meios suficientes para a sua salvação? Afirma com S. Tomás, a quem de boamente concede que os exemplos referidos por ele — de S. Pedro enviado a Cornélio, S. Paulo aos Macedónios —, provam que Deus manda pregadores àquele que faz o que está na sua parte; contudo, querendo mostrar que estes exemplos não vêm ao caso, diz que de dois casos raríssimos não se pode inferir universalmente que Deus conceda a graça da pregação àqueles que fazem o que está na sua parte.

Depois suscita esta grande dúvida e pergunta que meios tiveram os Americanos em 1300 anos depois da pregação do Apóstolo S. Tomé (pois que este foi o tempo que mediou entre a pregação do Apóstolo e a entrada dos Europeus na América) que meios, digo, tiveram para conseguirem a sua salvação? Porque eles não tiveram nem um nem outro meio, isto é, sem a agudeza do engenho pela qual pudessem conhecer a Deus naturalmente, pelas coisas criadas, e nem pregadores que os tirassem da sua estupidez; logo, não tiveram meio algum de salvação eterna.

Dizer, porém, diz o Padre Vieira, que Deus deu o seu conhecimento a todos os adultos antes da morte, para que, pecando mortalmente, pudesse condená-los, é coisa duríssima e contrária à piedade de Deus, que Ele condenasse a uns homens tão estúpidos e que não tiveram pregadores por espaço de 1300 anos. Eis aqui os apertos em que se viram aqueles que negam o pecado puramente filosófico; porque condenam a todos estes. Pelo contrário, admitindo-se o pecado puramente filosófico e outro lugar além do Céu e do Inferno em que padeçam a pena temporal aqueles bárbaros que têm invencível ignorância de Deus e que pecam gravemente contra a razão natural, nada se diz nem se segue que pareça cruel, nem contra a piedade de Deus.

Para, portanto, desfazer esta dúvida, que ao Autor causa suma admiração, diz que Deus, não providenciando, providenciou àqueles bárbaros. E para provar isto, supõe que em Deus, além da ciência absoluta, se dá também a condicionada, pela qual Ele vê o que fariam aqueles bárbaros, se se lhes desse um entendimento agudo ou se se lhes mandassem pregadores. Conhecendo, porém, que eles haviam de abusar tanto de um como de outro meio, cometendo o pecado mortal teológico, e que seriam condenados à pena eterna; e que, negando-lhes um e outro meio, não seriam punidos com a pena eterna, porém com a temporal, tão somente depois da sua morte, Deus, que é tão cheio de piedade, negando-lhes primeiro outro meio de salvação, não os providenciando, providenciou-os.

Medite, portanto, o leitor que, abolindo-se a doutrina do pecado filosófico, se deverá também abolir quase todo o tratado, pois tudo o que se afirma no IV caderno, se funda no pecado filosófico.

Acrescenta o Autor das utilidades que daí se tiram, que vêm a ser: que Deus, não providenciando, providenciou os dois meios de salvação àqueles bárbaros, isto é, não lhes dando nem agudeza de engenho, nem pregadores por onde conhecessem a Deus.

Diz que daí se seguem duas utilidades: Primeira, que, ignorando invencivelmente a Deus, nunca poderão cometer o pecado mortal teológico; segunda, que, cometendo só o pecado mortal filosófico, estão livres da pena eterna.

Confirma primeiramente com S. Paulo e S. Timóteo, os quais, como diz S. Lucas, querendo pregar a Fé de Deus na Ásia, foram proibidos pelo Espírito Santo; porque, como explica Beda, sabia que os Asiáticos haviam de desprezar a palavra de Deus, a qual coisa, não sendo providência, é providência de Deus, enquanto ela livrará da pena eterna dos sentidos a todos aqueles que invencivelmente O ignoram, o que certamente não sucederia, se acaso O conhecessem. E sabendo Ele que os Asiáticos haviam de resistir à sua Lei, se acaso a conhecessem, e a Ele mesmo, não providenciando, os providenciou, proibindo que se lhes fosse pregar.

Prova, em segundo lugar, com o Salmo XVII, que fala do Padre Eterno, onde se lê das salvações de Seu Filho Jesus Cristo. Não diz da salvação, mas sim das salvações; porque são dois os modos de salvação: o primeiro é perfeito, providenciando a Fé e bons costumes com que se adquira a vida eterna; e outro é imperfeito, admitindo que vivam numa infidelidade inculpável, e salve ou livre da pena eterna dos sentidos aqueles que morrem em invencível ignorância de Deus.

Acrescenta mais do Salmo XXXV estas palavras: Salvarás, Senhor, os homens e os jumentos. Chama homens aos fiéis que crêem e otram bem e que se salvam pelas boas obras, e jumentos aos infiéis, que estão entre os homens e os brutos, porque, vivendo na sua invencível ignorância de Deus, se salvam da pena eterna dos sentidos.

Confirma, em terceiro lugar, pelo preceito que impôs Cristo, Senhor nosso, a S. Paulo, logo depois da sua conversão: Apressa-te — disse — e sai já de Jerusalém, porque não receberão o testemunho das minhas palavras. Eis aqui Cristo, Senhor nosso, prevendo que os Judeus não se haviam de converter; por isso mandou a S. Paulo que saísse de entre eles e os deixasse na sua ignorância, para que fossem menos maus, não ouvindo a S. Paulo, e não se fizessem dignos da pena eterna.

No mesmo caderno, junto do fim, pág. 8 até pág. 9, examina os meios pelos quais se pode alcançar a conversão de todo o Mundo à Fé de Cristo: primeiro, pela eficácia da pregação, isto é, dando tão grande eficácia às palavras dos pregadores, que os Infiéis não lhes poderão resistir; segundo, pelos milagres; terceiro, pelas inspirações interiores, sem auxílio dos homens, e isto o prova elegantíssimamente por causa da impossibilidade moral de irem os pregadores a todas as regiões dos Infiéis.

Depois, continua a declarar os instrumentos de que Deus há-de usar para a conversão de todo o Mundo. Primeiramente, diz que o melhor instrumento será o mesmo Cristo, do qual se lêem no Salmo II estas palavras: Eu, porém, fui estabelecido por Ele Rei, a fim de intimar os seus preceitos. Não diz — diz o Autor — Rei pregador, porém sim Rei que prega; porque Cristo, Senhor nosso, nunca se absteve de pregar. Em segundo lugar, diz que serão os homens santos, porque, se Cristo, Senhor nosso, fundou o seu Reinado por meio de homens santos, com muito mais razão se servirá deles para aperfeiçoá-lo. Em terceiro lugar, diz que será o socorro dos príncipes seculares. Porque — diz o Autor — assim como as almas não serão governadas pelos bispos, estando separadas do corpo, mas sim unidas a ele, assim também entre os príncipes seculares e os eclesiásticos deve haver esta união, e por isso Deus, no Velho Testamento, dividiu entre os dois irmãos, isto é, Moisés e Aarão, o poder secular e sacerdotal, para que entendêssemos que se deviam unir entre si no amor fraternal. Traz para este fim muitas histórias, e o que diz Isaías no cap. XLIX, falando sobre a Igreja: Serão os reis os teus curadores, e as rainhas as tuas amas.

No V caderno, pergunta se antes do fim do Mundo todos serão cristãos e, refutando o que diz o Padre Soares, — que, ainda que a Igreja se dilatará por todo o Mundo, nega contudo que todos se converterão — o Autor afirma que totalmente hão-de ser cristãos, porque a Sagrada Escritura diz que todas as gentes, pátrias e famílias de nações o adorarão — isto é, a Jesus Cristo, acrescentando a mesma Escritura que até cada um dos indivíduos o há-de adorar. Logo, por consequência, deve vir tempo em que se convertam não só as nações, pátrias e famílias, mas ainda mesmo cada um dos homens

No VI caderno, trata do tempo em que de uma vez ou dos tempos em que por partes se há-de completar a conversão de todo o Mundo à Fé, e diz que todos os intérpretes querem que esta conversão de todo o Mundo à Fé não se completará senão depois da morte do Anticristo por Elias, que converterá os Judeus, e por Henoque, que converterá aos Gentios, segundo o que disse Cristo, Senhor nosso, por S. Marcos, cap. IX: Quando vier Elias restituirá todas as coisas. O Autor, porém, segue outro parecer, ensinando que não há-de haver uma só conversão, porém que são duas as conversões gerais de todo o Mundo: a primeira, pelos sucessores dos Apóstolos, antes da morte e destruição do Anticristo, e o prova: primeiro, porque o fim por que Cristo, Senhor nosso mandou aos Apóstolos, foi a conversão de todo o Mundo, porque diz: Pregai o Evangelho a todas as criaturas; logo, não se tendo ainda alcançado este fim, algum dia se alcançará. Segundo, porque, sendo certíssimo tanto que antes do dia de juízo todo o Mundo se deve converter à Fé, como que, desde a morte do Anticristo até o dia de juízo, não se hão-de passar mais que 45 dias, é impossível que em tão breve tempo todos os homens geralmente se possam converter à Fé de Cristo por meio de dois homens, Henoque e Elias logo, deve preceder a vinda do Anticristo outra conversão geral de todo o Mundo. Terceiro, porque, se antes da vinda do Anticristo todo o Mundo não fosse cristão, o Anticristo não seria o Anticristo porque Anticristo é aquele que se opõe aos Cristãos, logo, antes da vinda do Anticristo, todo o Mundo deve ser

cristão. Confirma, além disto, o seu dito pelas referidas palavras de Cristo, que não diz: Elias, quando vier, converterá tudo, porém, sim, — restituirá tudo — que quer dizer que aqueles que por causa de tormentos e enganos do Anticristo se tiverem afastado da Fé, serão restituídos a ela; logo, se os restituir à Fé, segue-se que já tinham sido antes cristãos.

Ajunta muitas dificuldades destas conversões. As principais são: que a conversão precedente à vinda do Anticristo será feita pelos sucessores dos Apóstolos sem mudança de hábito, que terá por fim a conversão de todos aqueles que, ou por malícia ou por erro invencível, não tiverem abraçado a Fé de Cristo, Senhor nosso; que esta conversão, antecedente à vinda do Anticristo, começou no nascimento de Cristo, Senhor nosso, e, pelo contrário, a subsequente à vinda do Anticristo principiará por Henoque na Lei da Natureza e por Elias na Lei Escrita, e começará outra vez por eles e durará tão somente 45 dias; que o fim desta conversão é reduzir à Fé tão somente aqueles que pelos enganos e tormentos do Anticristo tiverem apostatado da Fé de Cristo, Senhor nosso; que Henoque e Elias hão-de pregar, vestidos de saco. Depois disto examina se neste tempo tão somente se completará o oráculo de Cristo, Senhor nosso: — Haverá um só rebanho e um só pastor. Afirma, porém, contra a opinião de quase todos os intérpretes: porque Cristo, Senhor nosso, diz: — Tenho outras ovelhas e é justo que eu as guie, e ouvirão a minha voz e se fará (não diz — e se fez um só rebanho e um só pastor, porém, se há-de fazer) um só rebanho... Segue-se que ainda não está completo este oráculo de Jesus Cristo.

Daí, passando o Autor ao tempo e à ordem por que se há de formar este rebanho ou congregação de ovelhas, diz que os Hebreus se hão-de unir com os Hebreus e os Gentios com os Gentios, e ambos se unirão com os mais. Prova, além disto, a geral conversão de todos os homens a Cristo, Senhor nosso, e à sua Fé, tanto pelo cap. XXXI de Jeremias, que diz: todos me conhecerão, desde o mais pequeno até ao maior, como pelo cap. XI, de Isaías: Será cheia a Terra do conhecimento do Senhor, assim como as águas do mar cobrirão a mesma Terra, ou como outros: Bem assim como as águas cobrem o mar. E segundo diz o profeta Habacuque: A terra se encherá, assim como as águas cobrem o mar, para que todos conheçam a glória do Senhor. Sobre as quais palavras diz o Autor engenhosamente que, assim como as águas podem cobrir o mar, o conhecimento do Senhor há-de ser tão grande, que inundará o Mundo, do mesmo modo que o dilúvio inundou a Terra.

Depois disto, nota a diferença que há entre o dilúvio de Noé e este, cuja figura foi a de Noé; porque, assim como o dilúvio de Noé inundou a Terra, assim também a inundará o conhecimento do Senhor, com a diferença somente de que aquele a inundou para destruí-la, este porém é para vivificá-la com o dilúvio do baptismo.

No IX caderno, supõe ser tradição antiga, derivada de Adão e tida por certa entre os mesmos Antigos, que o Mundo não há-de exceder do espaço de 6000 anos; porque dizem que, se todo o Mundo se completou em seis dias, os dias porém na presença de Deus são 1000 anos; por consequência não há-de durar mais de 6000 anos; de sorte que os dois primeiros 1000 anos são da Lei da Natureza, os dois intermédios são da Lei Escrita e os dois últimos da Lei da Graça. Todavia o Autor deixou por acabar todo o IX caderno — o do tempo em que se há-de acabar o Mundo.

No I, examina se os homens viverão mais tempo naquele em que se consumir na Terra o Reino de Cristo, Senhor nosso. Afirma que sim, fundado na profecia de Isaías,

cap. LXV, onde se lêem as seguintes palavras: “Não se verá mais ali menino que viva poucos dias, nem velho que não cumpra o tempo da sua vida; porquanto aquele que for menino morrerá de 100 anos e o pecador de 100 anos será maldito”. Da mesma sorte diz Isaías: “Edificarão casas e as habitarão; plantarão vinhas e comerão o seu fruto”.

Sendo portanto, certo por todos os intérpretes que estas palavras se devem entender a respeito da Lei da Graça, sendo também certo que, desde que Cristo, Senhor nosso, subiu ao Céu, ninguém viu menino nem velho que cumprisse os seus dias e anos, e acontecendo, de ordinário, que aquele que fabrica não habita a casa que construiu nem come o fruto das árvores que plantou, segue-se necessariamente que esta profecia se completará um dia, quando o Reino de Cristo, Senhor nosso, se consumir sobre a Terra, e tanto mais pelo que se lê no Apocalipse a respeito de Cristo, Senhor nosso: Eis aqui faço tudo novo, isto é, renovando as idades passadas.

Será, porém, perfeitamente consumado o Reino de Cristo, Senhor nosso? Com a última evidência, diz o Autor, e acrescenta que tem tudo provado, quando todo o Mundo abraçar a Fé de Cristo, Senhor nosso, e quando houver um só rebanho e um só pastor.

Diz também que este Reino durará perfeitamente completo por espaço de 1000 anos, porque está escrito: Viverão e reinarão com Cristo pelo espaço, de 1000 anos; e no Reino de Cristo, Senhor nosso perfeitamente consumado, ou quando todos forem cristãos, os homens viverão muitos anos, ainda que todos não vivam os mesmos, porque alguns morrerão de 100 anos, e nesta idade se chamarão ainda meninos, outros de duzentos, outros de muitos séculos, outros finalmente, que tiveram uma vida mais santa, viverão 1000 anos, para combaterem com o Anticristo e triunfarem dele.

Dificuldades dos sacrifícios e jurisdição legais

Objecta o Autor que, sendo sentença constante ser a Lei antiga não só morta, mas ainda mortificada, e que jamais deve ser de novo suscitada, segue-se portanto que a visão de Ezequiel a respeito dos sacrifícios legais não pode ser literalmente exposta sem o perigo da Fé.

Para desfazer, porém, a sua objecção, supõe, em primeiro lugar, que o antigo sacerdócio e as cerimónias do antigo sacrifício foram revogadas. Em segundo lugar, que os antigos sacrifícios foram instituídos, não só para o culto de Deus e para que os Hebreus fossem retraídos da idolatria, como também para significar o futuro sacrifício de Cristo, Senhor nosso; o que suposto — diz o Autor — não sendo os sacrifícios legais intrinsecamente maus, porque, sendo-o, nunca seriam lícitos pela dispensação de Deus ou da Igreja, bem poderão segunda vez ser restituídos.

Prova o Autor a primeira parte da sua proposição por meio da dispensação de Deus e servindo-se do *Salmo L*, em que se distinguem três tempos e três géneros de sacrifícios: O primeiro tempo é o da antiga Sinagoga; o segundo é o da Igreja presente; e o terceiro é o da Igreja futura, quando a Sinagoga se unir à Igreja e entregar-se totalmente à mesma Fé, pois por meio destas palavras: Livrai-me dos sangues, ó Deus, ó Deus da minha salvação! se indica o tempo da Igreja passada ou da Sinagoga, e os

sacrifícios cruentos desta mesma Igreja, dos quais David se desejava livrar como de sacrifícios que não conferiam graças.

E por meio destas outras palavras: Porque, se tu tivesses desejado um sacrifício, eu não teria faltado a to oferecer, mas tu não terás por agradável os holocaustos, se indica o tempo e a Igreja presente, no qual cessarão os antigos sacrifícios da Sinagoga. E ultimamente por meio destas: Então é que tu receberás com agrado os sacrifícios de Justiça, as oblações e os holocaustos, então é que te oferecerão os novilhos sobre o teu altar, se indica o tempo e a Igreja futura, no qual se há-de reedificar o templo de Jerusalém e se hão-de restabelecer as oblações, etc., não como significativas do sacrifício incruento ou da eucaristia como futura, porém sim do sacrifício eucarístico como presente. Portanto, diz o Autor, entendendo literalmente a expressão de David, segue-se que o Templo se há-de restabelecer no tempo da Igreja futura, em que os Judeus e todas as gentes se hão-de reduzir à Fé de Cristo, Senhor nosso.

Prova a segunda parte por meio da dispensação da Igreja, dizendo primeiramente que todo o legislador pode ser também dispensador nas suas mesmas leis e que, portanto, não sendo o uso das jurisdição legais da antiga Lei proibidas por lei divina, mas meramente pela Igreja, poderá dispensar e permitir que se restabeleçam as mesmas jurisdição no seu 3.o estado.

Depois disto, passa a expor as causas mais graves por que a Igreja há-de dispensar estes ritos no seu 3.o estado. A principal é a inata tenacidade dos Judeus para com os seus votos; porque, diz ele, se os Apóstolos, por causa desta tenacidade dos Judeus, dispensaram às duas tribos, no tempo da primitiva Igreja, o poderem conservar alguns dos seus ritos, como é constante (disse duas tribos, porque se ignora por onde se espalharam as demais), segue-se portanto que poderá a Igreja ainda com maior razão dispensar os Judeus que se houverem de converter no fim do Mundo, o poderem usar os seus ritos, ao menos no templo de Jerusalém, não para alcançarem por meio deles a salvação, como diz Beda, porém para preencherem as profecias daqueles sacramentos.

Logo, satisfazendo aos argumentos do Padre Soares, mostra, primeiramente, que a necessidade, utilidade, piedade e outras coisas que o mesmo Padre Soares julga suficientes para a dispensa da lei, estas mesmas podem concorrer para que a Igreja conceda aos Judeus que se hão-de converter o uso dos seus ritos no templo de Jerusalém.

Em segundo lugar, traz aquele memorável exemplo dos ritos mistos-arábicos, permitidos na Espanha, em alguns templos, pelo Pontífice, por cuja permissão os Árabes abraçaram a Igreja Romana, como se vê nas catedrais toletana e granatense, que têm capelas públicas, nas quais se celebram as missas com o rito chamado moçarábico ou misto-arábico.

Em terceiro lugar, ajunta com esquisita erudição todos os ritos permitidos pela Sé Apostólica aos Gregos, Rutenos e aos outros cismáticos, para que deste modo pudéssemos unir as Igrejas Orientais à Romana. Permite, diz ele, aos seus sacerdotes o sacramento do matrimónio, o poderem consagrar em pão fermentado e comungar em ambas as espécies, o uso da carne aos sábados, ainda na Quaresma, e a observância dos mesmos sábados juntamente com os domingos. E todas estas coisas lhes concede, não para conformá-las com a observância judaica, porém para que se confundissem os

hereses simoníacos nascidos no Oriente, que diziam não ter Deus criado o Mundo, porque descansava ao sábado, como adverte o Padre Turriano (Livro VII) nos Cânones dos Apóstolos. Além disto a circuncisão, que é o principal sacramento dos Judeus, aí se permite aos Cristãos, não como culto religioso, porém como carácter ou sinal e brasão da antiga nobreza derivada de Abraão e Salomão, do mesmo modo com que se esculpem nos sepulcros os brasões das famílias iguais da sua nobreza, como notou Guilherme Reginaldo no seu livro contra Calvino, Livro II, cap. 9, dizendo que os Abexins cristãos baptizam os infantes e logo os circuncidam, em sinal da sua antiga nobreza, sem respeito algum ao merecimento e confiança judaica. Logo, diz o Autor, se por benignidade da Sé Apostólica se uniram em alguns reinos os domingos com os sábados e o baptismo com a circuncisão, por fim honesto e ainda político, por que razão não será então licito à Igreja Nova o permitir que se una o sacrifício da Eucaristia com as jurisdição naturalmente legais?

Outras muitas provas refere o autor, as quais passo em silêncio

Termina aqui a tradução manuscrita do Códice da Biblioteca Nacional adiante inserto. Damos a seguir a tradução por nós próprios tentada, da parte que o tradutor baiano omitiu:

Prossegue, ponderando a utilidade máxima de tal permissão e em sua confirmação aduz o recente testemunho do que em 1594 se passou com a Lituânia. Com efeito, quando, por ordem de Clemente VIII, reuniu o sínodo para trazer os Rutenos à Fé Católica, foram nele apresentados os pedidos dos seus bispos respeitantes tanto à Fé como aos ritos, em cuja observância são tenazes. Respondeu-lhes o Núncio antes que os pedidos fossem levados a Roma, que, assim como a Igreja Romana é inexorável em tudo o que respeita à integridade da Fé, assim tem tolerado dispensas naquilo que é determinado pelo direito humano e eclesiástico. Portanto, poderá a Igreja permitir alguns ritos aos Judeus, que tão difficilmente consentem em abandonar os ritos dos seus maiores.

Em segundo lugar, afirma poder dizer-se que Ezequiel pretende que os sacrifícios legais se hão-de restabelecer, como significativos não de Cristo futuro senão de Cristo presente, do mesmo modo que à Igreja diz de S. João Batista que não profetizou Cristo, Senhor nosso, como havendo de nascer, senão que o mostrou já existente. Consequentemente, os sacrifícios que então puderam ser permitidos, não serão prefigurativos de futuro sacrifício eucarístico, mas indicativos da presença do mesmo sacrifício que primeiro eles tinham prefigurado.

Estabelece a este propósito uma comparação com uma representação teatral a que na nossa Casa professa assistiu em Roma, no Entrudo de 1650: Em baixo, o templo de Salomão, com os seus sacerdotes sacrificando no rito nacional; em cima, o pão eucarístico, a que era dirigida a adoração dos Fiéis.

Eis que nada melhor ilustra — diz o Autor — a concepção do templo de Ezequiel e seus sacrifícios legais; tal como no teatro romano estavam presentes a figura e o figurado, a Eucaristia e os muitos sacrifícios que figuravam, assim no templo de Ezequiel serão simultâneos os sacrifícios legais que prefiguram a Eucaristia, a par do que a mostra. Também das Sagradas Páginas aduz, ao propósito, texto engenhosamente apropriado.

Diz, em terceiro lugar, que os sacrifícios legais indicados por Ezequiel, rejeitado todo o significado figurativo, poderão ser admitidos como demonstrativos. Tiveram eles, na verdade, segundo Santo Agostinho, além da significação figurativa, um sentido moral, porquanto pela imolação das vítimas aprendiam os Hebreus a imolar a Deus o corpo e a alma (como ensina o Apóstolo); e com agudeza diz Orígenes: “Temos dentro de nós várias vítimas que imolamos: se vences a soberba do corpo, imolas a Deus um vitelo; se a ira, um carneiro, se a libidinês, um bode; se lúbricos arrebatamentos dos pensamentos, uma pomba ou uma rola”.

Que, em verdade, não foi o sacrifício material a principal finalidade dos sacrifícios, admiravelmente o prova com o *Salmo L.*: “Porque, se tivesses querido um sacrifício, de qualquer modo eu o teria oferecido; não te deleitarás com holocaustos; O sacrifício a Deus é o espírito atribulado; não desprezarás, meu Deus, o coração contrito e humilhado”.

Eis em Deus — diz o Autor — duas vontades que parecem opostas: não quer a carne do animal que se sacrifica, quer o coração do homem, que é o que no sacrifício do animal é sacrificado. O mesmo se exprime no *Salmo XLIX*: “Porventura hei-de comer carne de touros e beber sangue de bodes? Imola a Deus o sacrifício do louvor”.

O mesmo se lê em Isaías: “Não ofereças mais sacrifícios vãos; abomino o incenso [...]. Lavai-vos, sede limpos [...] deixai de cometer perversidades; aprendei a bem-fazer”. Eis pois que Deus não quer o sacrifício puramente material, senão o moral por ele significado. Consequentemente, com toda a probabilidade se pode afirmar que, no templo de Ezequiel, haverá os sacrifícios materiais significativos do sacrifício moral que Deus ordena.

Desenvolve isto eloquentemente, advertindo que Deus ensina os homens por meio de símbolos exteriores; assim mandou a Oseias que tomasse como mulher uma meretriz infame que lhe desse filhos, para deste símbolo compreenderem os Hebreus a injúria feita a Deus; e mandou a Isaías que caminhasse nu pelas praças, para que por sua nudez fosse entendida a nudez espiritual do Egito e da Etiópia; e isto desenvolve em outros exemplos, como o das parábolas evangélicas de que Cristo se serviu para ensinar o povo. É pois muito provável que os antigos sacrifícios e jurisdição, que foram como parábolas por que se exprimia a vontade divina, muitos dos quais os Judeus não entenderam, de novo se hão-de estabelecer, não só para que os Judeus, que se hão-de converter, atinjam a sua significação, como também para que se convertam.

É, na verdade, vulgar, diz o insigne Autor, instruir o militar ou o nauta por instrumentos apropriados a um e a outro; assim também, para que, na derradeira conversão do Mundo, os Hebreus se instruem na Fé Cristã, nada mais adequado do que o uso dos sacrifícios legais, a par do uso do sacrifício evangélico que moralmente indicaram.

Confirma São Gregório com um bem claro dito e feito, como se lê no Livro IX, *Registri Epistolarum*: perguntado por Augustino, primeiro bispo dos Ingleses, como lhe cumpriria proceder com eles para dos ritos profanos os chamar a Deus, escreve o santo: Esforça-te por que não destruam os templos, mas somente os ídolos, a fim de que mais facilmente concorram aos lugares costumados, aí adorando a Deus, para que não mais imolem animais ao Diabo; mantém-nos segundo o seu uso em louvor de Deus, e ao Dador de tudo refiram as graças em sociedade, de modo que, enquanto se manifestem

os prazeres próprios da vida exterior, na vida íntima outros possam ser permitidos. Assim Deus se deu a conhecer ao povo israelita no Egito, mas aqueles sacrifícios que costumava prestar ao Diabo reservou-os para Si próprio, mandando-lhes imolar animais em seu sacrifício; até certo ponto o alterando, dele abandonavam e retinham alguma coisa, e posto que fossem os mesmos animais que costumavam oferecer, contudo, imolando-os a Deus e não a Ídolos, já não eram os mesmos sacrifícios.»

Isto escreveu São Gregório, o qual, aproveitando o próprio exemplo de Deus, inventou um modo pelo qual os povos, tenazmente aferrados aos seus ritos, em parte os conservassem, em parte os perdessem e, mudando o uso e o culto dos sacrifícios, não fosse defraudada a alegria que deles recebiam.

Assim também, diz o Autor, mudando o culto dos sacrifícios antigos e a fé judaica, o povo que deve ser afastado do uso das suas jurisdição legais, não será privado da alegria que delas recebia, ingênicas e inveteradas como eram.

Tratado sobre se é lícito perscrutar os tempos das coisas futuras e delas assentar alguma coisa

Este caderno parece ser único e nada tem que pertença ao Livro III, porque apresenta o título do I Capítulo. Como, portanto, o livro primeiro e segundo têm seu primeiro capítulo, deve este pertencer ao III Livro. Isto ainda porque, além disso, o Autor diz no I Capítulo: “Parece-me ver no limiar deste livro [...]. Portanto, como o Livro I e II tenham seus princípios, segue-se que é neste capítulo que começa o

LIVRO III

Toda a dificuldade consiste em saber se os tratados Da Conversão do Mundo, Da paz do Messias Do templo de Ezequiel, pertencem ao Livro III, porque, no final deste caderno, diz o Autor: tudo isto cumprirá demonstrar no seu lugar [...]. Não – diz está demonstrado. Conseqüentemente, se tudo depois deste caderno deve ser demonstrado, devem aqueles tratados ser colocados depois dele.

Quis notar isto e daqui se deve concluir que, por mais que quem quer que seja aplique seu engenho, é muito difícil saber se os ditos tratados pertencem ao II ou ao III Livro.

SINOPSE

Examina o Autor no Capítulo I, além do qual outro não há, se é lícito procurar saber em que tempo se realizarão as coisas profetizadas e assentar qualquer coisa sobre tais questões, e nega-o com razões persuasivas: 1) Porque Cristo, Senhor nosso, diz: «Não vos pertence conhecer o tempo nem o momento que o Pai estabeleceu em seu poder» texto que ilustra com a autoridade dos Santos Padres. 2) Porque, se a cronologia dos tempos pretéritos é tão incerta entre os Autores, que dificilmente um concorda com o outro, pois que da criação do Mundo à Encarnação do Verbo afirmam uns terem decorrido cinco mil anos, outros seis, outros sete mil, muito mais incerta é a cronologia do tempo futuro. 3) Porque, se os Autores discordam acerca do tempo do Dilúvio, do fim das Monarquias e da duração do Templo, que acordo se pode esperar na determinação do tempo futuro? 4) Porque se na História Sagrada os meses e os anos são referidos pelas suas próprias designações, não sucede assim nas profecias, nas quais apenas encontramos figuras e enigmas, como se lê no Génesis, em que sete bois gordos e sete espigas cheias, depois de sete bois magros e sete espigas secas, significam sete anos de fertilidade e sete anos de esterilidade. E quem, na verdade, se Deus o não houvesse revelado, teria entendido que os sete bois e as sete espigas queriam dizer anos? Portanto, só muito tenuemente das profecias se pode precisar o tempo futuro. 5) Porque nada mais óbvio na Sagrada Escritura do que o tempo representado por horas, dias, semanas, anos e séculos, e com tudo isto nada mais obscuro, pois frequentemente a hora não significa hora, nem o dia, dia, nem os anos, anos, como o Autor o mostra com textos dela extraídos. Portanto, é grande temeridade procurar nos textos Sagrados

e precisar mais ou menos quando será consumado na terra, com a máxima perfeição, o Reino de Cristo, Senhor nosso.

Para o Autor poder tudo isto resolver sem qualquer dúvida, expõe pouco a pouco o seu pensamento, dizendo 1) Que, quando Deus faz qualquer revelação e revela ao mesmo tempo quando ela se há-de cumprir, então com certeza pode ser prognosticado tanto o acontecimento futuro como o tempo em que se realizará, como se deixa ver na própria ressurreição de Cristo, Senhor nosso, revelada como devendo dar-se ao terceiro dia. 2) Que, se Deus alguma coisa revela e simultaneamente o tempo, não por dias e anos, mas por circunstancias e sinais, então sobre sinais e circunstâncias se pode prognosticar o tempo futuro da coisa revelada, como acontece no advento do Messias, que só devia surgir depois que o ceptro da Judeia houvesse sido transferido a outra nação, ou seja a Herodes, que não era hebreu. 3) Que, se Deus revela alguma coisa futura em tempo não determinado, é louvável investigar em que tempo ela se realizará. Prova-o com o louvor que S. Pedro dá aos Profetas: “que fizeram profecias sobre a graça em vós, perscrutando em que tempo e qual tempo ela se manifestaria”, (I, IO-II); de maneira que, assim como entre os homens é digno de louvor resolver os seus enigmas, assim também o é, tratando-se dos enigmas de Deus: 4) Que também é louvável investigação o tempo do acontecimento futuro" mesmo quando Deus declara que se não pode saber; na verdade, posto que isso determinadamente se não pode saber, quanto ao dia e ano, pode contudo moralmente prognosticar-se, com maior ou menor aproximação. Aduz geralmente o Autor o dito de Cristo, Senhor nosso: “Quanto ao dia e à hora ninguém os sabe, nem os Anjos do Céu”.

Ora Cristo, Senhor nosso, — diz o Autor — unicamente nega poder saber-se o determinado dia do Juízo Final; não nega, porém, que, sem precisar dia nem hora, se possa moralmente indicar com probabilidade, dentro de maior ou menor espaço de tempo. E prova este seu asserto, em primeiro lugar, com a resposta dada por Cristo, Senhor nosso, aos Apóstolos que o interrogavam sobre o Dia de Juízo: “Dizei-nos quando acontecerão essas coisas e qual o sinal da vossa vinda e da consumação do século”; neste caso Cristo, Senhor nosso, calou o tempo determinado, mas deu contudo os sinais que mostravam que tal tempo não era distante. Portanto, se bem ninguém possa saber em que tempo preciso se deva consumir na terra o Reino de Cristo, Senhor nosso, ou aquele em que o Mundo se acabará é contudo possível concluir-se de sinais o tempo aproximado, tal como o médico, sem prognosticar o dia certo da morte, pode com frequência predizê-lo com probabilidade, com maior ou menor aproximação. Prova o mesmo asserto, em segundo lugar, com copiosos textos dos Santos Padres, que conjecturando próximos o Dia de Juízo e o fim do Mundo, uns os concebem anunciados por pestes, outros por guerras, outros por sedições, outros por outros sinais. Todos eles, se bem tenham errado nos prognósticos, contudo mostraram com seu exemplo digno de louvor a conjectura. Portanto, se a eles isso foi lícito, posto que tanto distassem do fim do Mundo, muito mais a si próprio, diz o Autor, o pode ser, visto que não é a tão grande distância de tal fim.

Resolve os argumentos opostos, dizendo que aquilo que algum tempo é inútil, pode não o ser noutra ocasião. Quando Cristo disse aos Apóstolos: Não nos pertence saber o tempo, então era-lhes inútil, até mesmo pernicioso saber o que havia decretado acerca do reino israelítico; se dissesse que nunca mais seria restabelecido, ou que o não seria senão depois da última conversão dos Hebreus à Fé Cristã teriam ficado imensamente tristes; e por isso assim como Cristo, Senhor nosso, aos dois filhos de

Zebedeu, que lhe pediam participação no reinado, respondeu: “Não me pertence o dar-vos”, assim aos discípulos: “Não vos pertence conhecer o tempo”.

Admiravelmente responde ao argumento da paridade da cronologia dos tempos pretéritos com a que ele deduz. Afirma, na verdade: Os Autores são nela discordes, porque são em discordância quanto à computação dos anos desde o começo do Mundo até o Dilúvio, do Dilúvio a Moisés, de Moisés à edificação do Templo; portanto, não é de admirar – conclui – que seja muito incerta a cronologia do tempo passado.

Pelo contrário, não o é a do tempo futuro, porque ele não começa desde a criação do Mundo, para deste saber o fim, antes procede retrogradando, ou seja, desde o fim do Mundo até o advento do Anti-Cristo, e à propagação do Evangelho a todos os povos e conversão dos Hebreus à Fé Cristã, e deste modo algum tanto se pode prognosticar com muita probabilidade e maior segurança a respeito do fim do Mundo.

Eis, por suas mesmas palavras, a admirável cogitação do Autor: “Nós, pelo contrário, encontrando caminho novo procedendo do fim para o princípio (para desde já começar o meu raciocínio), seguiremos do fim do Mundo até o Anticristo, do Anticristo até a universal pregação e aceitação do Evangelho, regressando até a nossa idade e em tríplice meta estabelecida ao longo dos tempos futuros, sem fazer tropeçar o leitor, vamos para Cristo, ao mesmo tempo que tudo iremos demonstrando em seu lugar. Baste por agora tudo apontar com o dedo para que a força da argumentação não detenha suspenso o leitor”.

Note-se: tudo iremos demonstrando, não tudo é demonstrado. Assim, pois, os tratados Da paz do Messias, Da conversão universal do Mundo, Do templo de Ezequiel, ou não pertencem ao II Livro, pois escreveria – tudo é demonstrado – ou cumprirá dizer que o autor, para conjecturar sobre o fim do Mundo, regressa a tratados já expostos no mesmo Livro II.

Conclui o Cap. I dizendo: “Mas entremos desde já, guiados pelo verbo do Senhor, no Capítulo I” E este I Capítulo termina, sem que se lhe sigam quaisquer outros.

FIM
LOUVOR A DEUS